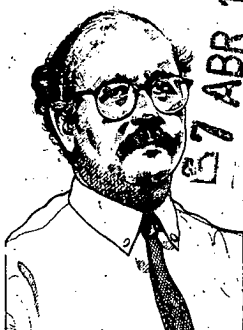


EDUARDO BRITO

O Congresso também mudou



Já se fala no pacote econômico, tanto no Planalto quanto no Congresso, como algo de definido. As vicissitudes de sua tramitação só não seriam coisa do passado porque se esqueceram de avisar a todos.

Ainda poderá haver alguns sobressaltos, inclusive por se esperarem novas rodadas de negociações, mas os dados já colocados parecem exorcizar o temor de qualquer surpresa significativa. Na verdade, todo mundo se prepara agora para o novo tempo que se abrirá nas relações entre os Três Poderes.

A posição do maior partido do Congresso, ainda o PMDB, foi ambígua no início da tramitação do plano, adquirindo depois contornos cada vez mais precisos. Sempre que se acionava o painel eletrônico do Plenário da Câmara dos Deputados, na tarde e na noite de ontem, via-se com clareza a distribuição de forças.

Seria simplista imaginar um confronto entre bancada do Governo e bancada da Oposição. Algumas votações poderiam dar até essa impressão, por ficarem de um lado o PT, PDT, PC do B, PCB, PSB, PSDB e uns pingados parlamentares do PMDB; estando do outro o PRN, PDS, PFL, PDC, a maior parte dos partidos que declaradamente apóiam Collor e mais a quase totalidade do PMDB. O jogo, porém, é mais sutil que isso.

O PMDB fez algo de mais importante do que apenas votar com o Governo. Sua cúpula viabilizou a votação do pacote econômico de forma a atender as prioridades do Planalto, reconhecendo que cabe a ele não apenas a paternidade do plano mas também a sua gestão. A dinâmica interna do partido, assim como os meandros do regimento, facilitaram a acusação, partida inclusive dos tucanos, de que os dirigentes peemedebistas agiram ditatorialmente.

Na realidade, a liderança do PMDB apenas exercia suas prerrogativas regi-

mentais, ao substituir relatores e ao encaminhar votações. A mudança maior residia na forma de agir do comando partidário, que manteve a manha pesse-dista ao negociar com os demais líderes, mas pela primeira vez em muito tempo baixou determinações e as fez cumprir.

O forte discurso feito ontem pelo senador Mário Covas, criticando pontos do plano e mostrando as preocupações de suas bases paulistas, resumiu a postura do PSDB, terceira maior bancada. Embora mantendo postura oposicionista, os tucanos não partilharam dos esforços do PT e do PDT para obstruir as sessões e, se ficaram coesos em torno de suas emendas, não contestaram o plano nem negaram ao Governo as atribuições de seu gestor.

O que se mostrou, no fundo, é que o Planalto enfrentará no futuro apenas um bolsão de resistência sistemática no Legislativo. Nada acima de uns 80 parlamentares, provavelmente até menos. Aliás, o Planalto identifica bolsões semelhantes — inclusive nas dimensões — também no Judiciário. Isso não significa, porém, que o Governo contará com a aprovação automática de todas as suas propostas pelo Congresso. Será preciso negociar, como aconteceu com o pacote. A vantagem é que se conta agora com interlocutores válidos nas lideranças.

Para hoje e amanhã só se espera um confronto: o que já está marcando os corredores do Congresso, entre parlamentares e servidores das empresas extintas. Para os funcionários, trata-se de uma batalha perdida. A extinção será mantida. O deputado Gastone Righi dava o tom: embora eleito com votos da Baixada Santista, região portuária, disse aos representantes da Portobrás que tinha muita pena dos servidores ameaçados, mas mais pena ainda dos 140 milhões de brasileiros que não eram funcionários da empresa.

Há poucos meses, o Congresso aceitava a pressão de um número menor de funcionários e ressuscitava estatais que Sarney queria fechar. Agora, faz o oposto. E consegue reunir quase 500 parlamentares em pleno final de semana. O Congresso também mudou.

7 ABR 1990
CORREIO BRAZILIENSE